

## SUMÁRIO

Agradecimentos .....	13
Nota do Autor .....	15
Prefácio .....	17

### Capítulo I Introdução, 21

I.1. Considerações Preliminares .....	22
I.1.(i). Breve Contexto Histórico sobre o Papel Interventor do Estado .....	23
I.1.(ii). Princípios da Ordem Econômica .....	27
I.1.(iii). Políticas Públicas e Desenvolvimento .....	30
I.1.(iv). Pressupostos Adotados .....	36
I.1.(iv).a. Tributos Afetam a Alocação de Recursos .....	36
I.1.(iv).b. Neutralidade Tributária é Utópica .....	38
I.1.(iv).c. Tributação Como Fenômeno (Jurídico) Interno e Concorrência como Fenômeno (Econômico) que Extrapola Fronteiras .....	42
I.2. Definição do Tema e suas Limitações .....	46

### Capítulo II Direito Tributário e seus Pontos de Contato com a Concorrência, 55

II.1. Considerações Iniciais sobre o Direito Tributário .....	56
II.2. Sistema Constitucional Tributário e Federalismo Fiscal .....	56
II.3. O Papel da Lei Complementar e o Regular Exercício da Competência Tributária .....	61
II.3.(i). A Lei Complementar nº 24/75 e a Concessão de Incentivos em Matéria de ICMS .....	64

II.3.(ii). O Artigo 88, I, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e a Concessão de Incentivos em Matéria de ISS .....	65
II.4. Princípios Constitucionais Balizadores da Tributação Justa e a Livre Concorrência .....	66
II.4.(i). Os Desdobramentos do Princípio da Igualdade em Matéria Tributária .....	71
II.4.(ii). O Princípio da Solidariedade em Face da Tributação .....	77
II.4.(iii). Princípios Voltados à Eficiência da Tributação ....	80
II.4.(iv). Tensão entre Princípios .....	85
II.4.(v). Função Fiscal da Tributação e Extrafiscalidade ....	93
II.4.(vi). O Artigo 146-A da Constituição Federal .....	100

### Capítulo III

#### Direito da Concorrência e sua Relação com a Tributação, 115

III.1. Considerações Introdutórias sobre o Direito da Concorrência .....	116
III.2. Breve Histórico sobre a Regulação da Concorrência .....	118
III.3. Direito da Concorrência Brasileiro .....	121
III.4. Efeitos da Legislação Concorrencial Brasileira no Contexto Internacional .....	131
III.5. Livre Iniciativa x Livre Concorrência .....	132
III.6. Considerações sobre o Poder Econômico .....	136
III.6.(i) Conceito de Poder Econômico .....	136
III.6.(ii) O Papel do Estado no Combate ao Uso Abusivo do Poder Econômico a partir de uma Dimensão Econômico-Jurídica .....	141
III.7. A Lei nº 8.884/94 e sua Aplicação a Situações Relacionadas à Tributação .....	146
III.7.(i). As Condutas Restritivas da Concorrência .....	150

III.7.(ii). As Estruturas Restritivas da Concorrência .....	164
III.8. Precedentes do CADE em Matéria Tributária .....	166
III.8.(i). Imunidade Tributária como Fator de Vantagem Competitiva .....	166
III.8.(ii). Incentivo Fiscal como Fator de Vantagem Competitiva .....	171
III.8.(iii). Guerra fiscal e efeitos anticoncorrenciais .....	177

## Capítulo IV

### Tributação e Efeitos Anticoncorrenciais, 181

IV.1. Considerações Iniciais .....	182
IV.2. Efeitos Anticoncorrenciais Decorrentes das Políticas de Tributação Adotadas pelos Entes Públicos .....	183
IV.2.(i). Imunidades .....	183
IV.2.(ii). A Atuação Legislativa e Normativa .....	188
IV.2.(ii).a. Atuação Legislativa Quanto à Criação de Obrigações Tributárias Principais e Acessórias .....	191
IV.2.(ii).b. Atuação do Poder Executivo (Administração Tributária): Desequilíbrio Concorrencial Decorrente de Restrições Burocráticas .....	212
IV.2.(ii).c. Extrafiscalidade, Agravamentos, Benefícios e Incentivos Fiscais .....	214
IV.2.(ii).d. Remissão e Anistia .....	227
IV.2.(ii).e. Transação .....	230
IV.2.(ii).f. Substituição Tributária .....	231
IV.2.(iii). Guerra Fiscal e Concorrência .....	238
IV.2.(iii).a. Guerra Fiscal entre Estados da Federação .....	241
IV.2.(iii).b. Guerra Fiscal entre Municípios .....	254
IV.2.(iv). Custo com o Gerenciamento Tributário e Governança Corporativa .....	261

IV.3. Efeitos anticoncorrenciais decorrentes de desvios oriundos do próprio sistema jurídico (sistema processual civil): as decisões judiciais em matéria tributária e seus efeitos em relação a terceiros .....	263
IV.3.(i). Coisa Julgada .....	268
IV.3.(ii). Liminares (e Decisões Similares) .....	283
IV.3.(iii). Súmula Vinculante e Modulação de Efeitos das Decisões do Supremo Tribunal Federal .....	285
IV.4. Efeitos Anticoncorrenciais Decorrentes da Conduta de Particulares e Relacionados a Tributos .....	290
IV.4.(i). Planejamento Tributário .....	291
IV.4.(i).a. O Planejamento Tributário no Âmbito Interno .....	291
IV.4.(i).b. O planejamento tributário no âmbito internacional: o uso abusivo de tratados contra a bitributação ( <i>treaty shopping</i> ) .....	305
IV.4.(ii). Utilização de Medidas Judiciais Provisórias para a Obtenção de Vantagem Comparativa em face dos Concorrentes .....	306
IV.4.(iii). Sonegação Fiscal .....	308

## Capítulo V

### Tributação Internacional e Direito do Comércio Internacional, 313

V.1. Direito Tributário Internacional .....	314
V.1.(i). Soberania Fiscal .....	314
V.1.(ii). Princípios de Tributação Internacional .....	321
V.1.(iii). Neutralidade Fiscal como Critério Balizador da Concorrência .....	325
V.1.(iv). Tributação Internacional e Efeitos para a Concorrência .....	329
V.2. Direito do Comércio Internacional .....	331
V.2.(i). O Surgimento do GATT .....	333

V.2.(ii). Os Princípios do GATT e a Livre Concorrência Internacional .....	335
V.2.(iii). O Advento da OMC e a Preocupação com a Concorrência .....	338
V.2.(iv). Regras da OMC que Afetam a Tributação .....	342
V.2.(iv).a. A Proibição de Tratamento Tributário Discriminatório .....	344
V.2.(iv).b. A Proibição de Subsídios de Caráter Fiscal .....	347

## Capítulo VI

### Tributação e Efeitos Anticoncorrenciais no Âmbito Internacional, 361

VI.1. Aspectos Gerais .....	362
VI.2. Atração de Investimento Estrangeiro por meio de Incentivos Fiscais: A Concorrência Fiscal Prejudicial ( <i>Harmful Tax Competition</i> ) .....	366
VI.2.(i). O Relatório da OCDE sobre a Concorrência Fiscal Prejudicial .....	372
VI.2.(ii). O Código de Conduta da União Europeia sobre a Concorrência Fiscal Prejudicial .....	378
VI.2.(iii). Incentivos Fiscais Concedidos por meio de Tratados contra a Bitributação .....	381
VI.3. Medidas Protecionistas de Natureza Tributária .....	384
VI.3.(i). Auxílios de Estado .....	384
VI.3.(ii). O Caso FSC ( <i>Foreign Sale Corporations</i> ) .....	396
VI.3.(iii). Relação das Regras do Comércio Internacional com os Tratados para Evitar a Bitributação .....	406
VI.3.(iv). Casos Brasileiros de Ofensa às Regras do Comércio Internacional e Efeitos Anticoncorrenciais Decorrentes .....	413
VI.3.(v). A Experiência Internacional .....	419



VI.3.(v).a. Organização Mundial do Comércio .....	419
VI.3.(v).b. Corte Europeia de Justiça .....	421
VI.3.(v).c. Suprema Corte Norte-Americana .....	424

## Capítulo VII

### Conclusões, 429

VII.1. Possíveis Soluções para Evitar ou Coibir os Efeitos Lesivos à Concorrência Relacionados à Tributação .....	430
VII.1.(i). Elaboração das Políticas Públicas de Forma Congruente com os Princípios Constitucionais Tributários e da Ordem Econômica .....	430
VII.1.(ii). A Defesa da Concorrência em Face de Desequilíbrios Decorrentes de Causa Tributária: o Papel a ser Desempenhado pelos Órgãos Competentes .....	437
VII.1.(iii). A observância, pelo Poder Judiciário, dos Efeitos para a Livre Concorrência das suas Decisões em Matéria Tributária .....	439
VII.1.(iv). A Harmonização Legislativa Fiscal como Medida de Atenuação de Desequilíbrios Concorrenciais Decorrentes da Tributação no Âmbito Internacional .....	440
VII.1.(v). A Cooperação Internacional .....	443
VII.1.(vi). A Repressão ao Abuso do Poder Econômico no Comércio Internacional .....	446
VII.2. Síntese Conclusiva: Considerações Finais sobre a Relação entre Tributação e Concorrência .....	447
Bibliografia .....	455